patacas para os selos; 1, 1¹/₂, 2¹/₂, 3¹/₂ e 4 avos para os bilhetes postais simples; 1 + 1, 1¹/₂ + 1¹/₂, 2¹/₂ + 2¹/₂, 3¹/₂ + 3¹/₂ e 4 + 4 avos para os de resposta paga; 2, 6, 8 e 10 avos para os bilhetes-cartas simples; 2 + 2, 6 + 6 e 8 + 8 avos para os de resposta paga.

Art. 5.º Os selos e mais fórmulas de franquia para a provincia de Timor serão das taxas de ¹/₂, 1, 1¹/₂, 2, 4, 6, 7, 7¹/₂, 9, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 36, 54 e 72 avos e 1, 3 e 5 patacas para os selos; 2, 3, 3¹/₂ e 4 avos para os bilhetes postais simples; 2 + 2, 3 + 3, 3¹/₂ + 3¹/₂ e 4 + 4 avos para os de resposta paga; 6, 7¹/₂, 9 e 12 avos para os bilhetes-cartas simples; 6 + 6, 7¹/₂ + 7¹/₂ e 9 + 9 avos para os de resposta paga.

Art. 6.º A circulação dos novos selos, bilhetes postais e bilhetes-cartas, simples e de resposta paga, de que trata o presente decreto, deverá começar logo que elles cheguem às estações competentes e que nos respectivos *Boletins Officiais das Colónias* se publique o devido aviso.

§ 1.º A circulação a que este artigo se refere terá lugar cumulativamente com os selos postais e mais fórmulas de franquia da emissão da República actualmente em vigor, e com os selos e mais fórmulas de franquia do antigo regime com a sobrecarga «República» e com quaisquer sobretaxas postais, uma e outras feitas na Casa da Moeda, até a sua completa extinção, devendo as sobrecargas feitas nas colónias serem remetidas à Casa da Moeda.

§ 2.º Os governos gerais e de provincia providenciarão para que o consumo simultâneo, a que se refere o parágrafo antecedente, se faça por torma a extinguirem-se primeiro e o mais rapidamente possível os aludidos selos e mais fórmulas de franquia do antigo regime e a seguir os de todas as demais emissões anteriores à que este decreto cria.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 17 de Julho de 1920.— ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Vasco Guedes de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

11.ª Repartição da Direcção Geral
da Contabilidade Pública

Decreto n.º 6:763

Sob proposta do Ministro do Trabalho, usando da faculdade concedida no artigo 2.º do decreto n.º 5:782, de

10 de Maio de 1919, que autoriza o Governo a abrir créditos especiais para atenuar a crise de trabalho, com dispensa do disposto no artigo 4.º da lei de 29 de Abril de 1913:

Hei por bem decretar, tendo ouvido o Conselho de Ministros, que no Ministério das Finanças seja aberto, a favor do Ministério do Trabalho, um crédito especial de 150.000\$, quantia que reforçará a verba descrita no artigo 33.º, capítulo 15.º, do orçamento da despesa extraordinária do último dos referidos Ministérios para 1920-1921, sob a rubrica: «Subsídios e despesas de pessoal material e outras relativas à crise de trabalho».

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 2, de 15 de Dezembro de 1894, e examinado e visado pelo Conselho Superior de Finanças, de harmonia com as disposições da alínea a) do n.º 2.º do artigo 10.º do decreto-lei n.º 5:525, de 8 de Maio de 1919.

O Presidente do Ministério e os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 29 de Julho de 1920.— ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *António Joaquim Granjo — Felisberto Alves Pedrosa — Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso — Inocência Camacho Rodrigues — Helder Armando dos Santos Ribeiro — Ricardo Pais Gomes — João Carlos de Melo Barreto — Francisco Gonçalves Vellinho Correia — Manuel Ferreira da Rocha — Artur Octávio do Rêgo Chagas — Júlio Ernesto de Lima Duque*.

Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios
e de Previdência Geral

Direcção dos Serviços da Tutela dos Organismos de Assistência
Pública e Beneficência Privada

Portaria n.º 2:378

Atendendo ao que representou o Instituto de Piedade e Beneficência de Viana do Alentejo, pedindo autorização para permutar o direito de propriedade da herdade de Faimais, que lhe pertence, pela herdade do Catalão, cujo proprietário se prontifica à troca, e vender depois esta ao abrigo do disposto no artigo 14.º e seus parágrafos da lei de 30 de Setembro de 1892;

Vistas as informações officiais e o voto favorável da sua assemblea geral:

Manda o Governo da República Portuguesa conceder a autorização solicitada, nos termos e para os efeitos acima designados.

Paços do Governo da República, 16 de Julho de 1920.— O Ministro do Trabalho, *José António da Costa Júnior*.